



O Tratado da Antártica é crucial por promover a paz, a cooperação científica e a proteção ambiental no continente, estabelecendo a Antártica como uma reserva para pesquisa científica e proibindo atividades militares e a exploração de recursos naturais. Sua importância reside em preservar o valor estratégico e ambiental do continente, que abriga a maior reserva de água doce do mundo e influencia o clima global, além de garantir acesso livre para estudos científicos e evitar conflitos internacionais.

Uma visão científica

A importância da Ciência Antártica e o papel estratégico do MCTI

O Brasil celebra, em 2025, os 50 anos de adesão ao Tratado da Antártica, marco que abriu caminho para a consolidação de sua presença científica no continente gelado. Desde então, a ciência tem sido o principal instrumento de atuação nacional, garantindo relevância internacional e participação ativa nas decisões globais sobre a região, e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) tem atuado para gerir a execução dessas ações. Cabe à pasta, junto ao CNPq, coordenar e financiar as pesquisas realizadas na região, mobilizando universidades e institutos de pesquisa. A modernização dos laboratórios da Estação Antártica Comandante Ferraz, inaugurada em 2020, é um exemplo concreto desse esforço.

Coordenado pelo MCTI, o Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas (CONAPA) exerce função de assessoramento, indicando diretrizes e prioridades científicas para os estudos desenvolvidos, de forma alinhada aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil no âmbito do Tratado da Antártica.

A pesquisa científica brasileira na Antártica tem desempenhado papel estratégico para o País, contribuindo para o entendimento de fenômenos como mudanças climáticas, biodiversidade e dinâmica do oceano, fatores que influenciam diretamente o clima e os ecossistemas do território nacional e que impactam diretamente a vida dos brasileiros. Esses estudos geram conhecimento essencial para o planejamento ambiental, econômico e climático do Brasil. Além disso, a produção científica nacional fortalece a diplomacia do País, assegurando voz ativa nas decisões internacionais sobre o futuro do continente gelado. Ao completar meio século de trajetória, o Brasil consolida sua contribuição científica para o futuro da Antártica. O desafio é garantir o uso desses resultados científicos obtidos na Antártica em políticas públicas voltadas, por exemplo, ao clima, ao meio ambiente e à segurança alimentar da população.



Foto: acervo SECIRM

Por: **Andréa Cruz**, Coordenadora-Geral de Ciências para Oceano e Antártica, MCTI.

